

Ata da Reunião do Conselho

A T A N º 102/2002/CET - 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA

No dia 23 de maio de 2002, com início às 16:00 horas, na sede da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, na Rua da Glória nº 205, 8º andar, com a presença do Presidente José Daniel Farias, Conselheiros Titulares Newton Sérgio Ribeiro Grein, José Carlos Pinhatti, Célio das Neves, Antonio Lúcio Zarantonello, João Batista Corrêa, Pedro de Paula Filho, Aparecido Domingos Errerias Lopes, Sinval Zaidan Lobato Machado e dos Conselheiros Suplentes Jackson Pitombo Cavalcante Filho, José Carlos Trizotti, Ademir Mueller e Roberto Teixeira de Freitas, contando também com a presença de Maria Angela S. Benatti, da SERT/E.R.Maringá, Ana Maria Macedo, da SERT/ULT, Regina Gubert, da SERT/CIM, Brasília Maria de Souza Pinto, da SERT/CESINE, Damila Bonato, da SERT/AI, Silvana Croope, da Fetrapev/Sirvepa, Aloize Gogola, da SERT/CGE, Luciene Bracht, da SERT/CFP, Nircélio Zobot, da SERT/CFP, Luiz Alberto Scotti, da SERT/CSD, Luiz Antonio Bonato, da SERT/CFP, Rachel Feldmann, da SERT/AJ, Maria de Lourdes T.F.Jorge, da SERT/AJ, Marisa Tiemann, do MPT/PRT-9ª Região, Orivaldo Pinto Ribeiro, da Agência do Trabalhador de Sarandi e José Peguin, do CMT/Sarandi, reuniu-se o CET em sua 85ª Reunião Ordinária para deliberar sobre os seguintes assuntos de pauta: 1) Aprovação da Ata nº 101/2002; 2) Informes do Diretor-Geral da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho; 3) Apresentação pela Assessoria Jurídica; 4) Apresentação do Conselho Municipal do Trabalho de Sarandi pelo seu Presidente José Peguin, 5) Análise e aprovação da Resolução 172/02 – Formação Profissional; 6) Análise e aprovação da Resolução 173/02 – PROGER; 7) Análise e aprovação da Resolução 174/02 – Inclusão do Ministério Público do Trabalho; 8) Análise e aprovação da Resolução 175/02 – consolidação das Resoluções que alteraram o Regimento Interno do CET; 9) Assuntos Gerais.

Abertura: O Presidente JOSÉ DANIEL FARIAS abriu a reunião saudando os presentes e agradeceu a presença de todos os convidados.

Item 01 – Aprovação da Ata nº 101/2002- CET

JOSÉ DANIEL FARIAS colocou em discussão a aprovação da Ata Nº 101/02-CET, referente à 84ª Reunião Ordinária, do dia 25 de abril de 2002, a qual foi aprovada por unanimidade.

Item 02 - Informes do Diretor-Geral da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

NEWTON SÉRGIO RIBEIRO GREIN relatou que a Coordenadoria de Intermediação de Mão-de-Obra, no mês de abril/2002, apresentou crescimento de 20,15%, em relação ao total de colocados no mercado de trabalho, em igual período de 2001; em abril/2002, a SERT colocou 11.799 trabalhadores no mercado de trabalho – número superior ao do mês de abril/2001, que foi de 9.820. Esse resultado, também, superou em 10,44% o realizado em março/2002. Comparou o executado nos quatro primeiros meses de 2002 com os exercícios anteriores e informou que: a) foram inseridos no mercado de trabalho 49,33% do total das colocações de 1999 e 40,42%, do total de 2001; b) o total de colocados em um único mês foi o segundo maior de toda a história do SINE/PR; c) nos quatro primeiros meses de 2001, foram colocados 34.499 trabalhadores, sendo que, em 2002, tivemos 41.386, ou seja, 20% a mais, comparativamente ao exercício anterior. Também a Região Metropolitana de Curitiba, no mês de abril/2002, apresentou índices positivos, colocando no mercado de trabalho 1.828 trabalhadores. Disse que, analisando-se os índices do mês de abril/2002, comparativamente ao mesmo período de 2001, constata-se que o número total de trabalhadores inscritos cresceu 39,41% e, paralelamente, a colocação de

trabalhadores, foi superior em 33,14%. Sobre a Coordenadoria de Formação Profissional, informou que até a presente data foram aprovados pela Comissão de Acompanhamento do Plano Estadual de Qualificação/CET 36 projetos do PLANFOR/2002, para aplicação de R\$ 4.692.696,00 do FAT e R\$ 751.153,00 do Tesouro Estadual; os demais projetos estão sendo adequados aos ajustes impostos ao Convênio 2002. A respeito da Coordenadoria do Seguro-Desemprego, informou que em abril foram recepcionados pela rede de Agências do Trabalhador 30.013 requerentes ao benefício, acumulando, no período jan/abr, um total de 111.845 requerentes (3,3 % a mais que em mesmo período de 2.001). Também foram realizadas no mês: 10.434 orientações, pelo serviço 0800 – Disque Seguro-Desemprego (31. 887 de jan/abr) e efetuadas 4.246 atualizações no cadastro do PIS dos trabalhadores, com vistas a maior agilidade, evitando, assim, o indeferimento do recebimento das parcelas (13.225 atualizações no período em questão). Em relação aos PDV's e PDI's, foi encaminhado ofício ao Delegado Regional do Trabalho e, posteriormente (16/05) foi realizada reunião com técnicos do setor do Seguro-Desemprego e da nova chefia de fiscalização da DRT, com objetivo de: a) agilizar o retorno das consultas efetuadas pela SERT/CSD; b) possibilitar maior integração nos procedimentos operacionais junto aos parceiros DRT e CEF. Finalizando, disse que planilhas com detalhamento a respeito do Banco Social foram anexadas às pastas dos Conselheiros.

Item 03 – Apresentação pela Assessoria Jurídica

RACHEL FELDMANN disse que, para comentar assunto tratado na última reunião do CET gostaria de manifestar que, do ponto de vista da Assessoria Jurídica da SERT, nada impede a análise e agilização dos processos de execução do PLANFOR 2002. Esclareceu que pela Assessoria Jurídica não passam apenas os projetos já analisados pela Comissão de Qualificação, mas, todos os projetos que tramitam na SERT e que todos são analisados de forma imediata, inclusive aqueles de executoras que nem sequer foram apreciados pela Comissão, considerando-se a documentação incompleta. Pedu registro sobre o fato de que a AJ não emperra o trâmite processual e que, a qualquer momento, os Conselheiros poderão procurar diretamente a explicação sobre a situação do processo. Explicou que, no caso do projeto do SENAI, o processo foi e voltou muitas vezes, em razão de exigências jurídicas, pois, enquanto qualquer processo não estiver adequado e com a documentação em ordem, ele não é aprovado. Quando houver informação de que algum processo encontra-se na AJ, pede que os Conselheiros telefonem e confirmem, inclusive com a Dra. Maria de Lourdes, pois estão à disposição para todo e qualquer esclarecimento. Quanto à sugestão de inclusão de cláusula nos contratos, relativamente ao acompanhamento da supervisão, disse que a mesma já vem constando desses instrumentos.

NIRCÉLIO ZABOT corroborou a eficiência da AJ na agilidade, tanto na análise como na tramitação dos processos. O constante na Ata anterior é devido ao pouco tempo que resta para executar as ações do PLANFOR e não no sentido de crítica à AJ.

CÉLIO DAS NEVES disse que a CGT, para se adequar às exigências da AJ, trouxe um Instituto de São Paulo, reconhecido como executor na SERT/SP e a AJ/SERT/PR não o aceitou como apto à execução. Aproveitou para relatar que, como membro do Conselho e da Comissão que analisa os projetos, constatou que representante da FAS declarou que terceiriza a execução e pediu que a AJ verifique se isso está ocorrendo, em especial por se tratar de entidade que vem participando como executora, há vários anos.

RACHEL FELDMANN disse que não lembra especificamente detalhes do projeto do Instituto da CGT, mas vai verificar. Entende que não há convencimento apenas pelo fato de já ter sido celebrado contrato com outros Estados, mas o processo deve conter elementos conforme os termos legais. Quanto à denuncia relativa ao FAS, disse que somente ouviu dizer sobre a terceirização, porém, a documentação do processo está em ordem.

PEDRO DE PAULA FILHO afirmou que sabe que a AJ não analisa apenas os

projetos do PLANFOR, contudo, insiste em que se tenha o acompanhamento dos processos, em planilha; em momento algum disse, ou quis dizer, que hajam processos parados. Entende que há muito trabalho e processos em análise. A agilidade solicitada para assinatura e execução dos contratos não é específica para a AJ e, sim, para todos os setores da SERT e sabe que todos se empenham nesse sentido.

MARIA DE LOURDES JORGE ratificou os dizeres da Dra. Rachel e passou às mãos do Presidente do Conselho relação de processos e respectiva tramitação pela AJ, pois entende que não há impeditivos para tal e que isso apenas demonstra transparência. Quanto à FAS, os processos encontram-se para análise da AJ quanto à legalidade. Não cabe à AJ a análise do projeto mas, sim, do enquadramento legal da entidade. Se existem indícios de procedimentos incorretos, tal apuração cabe à Coordenadoria de Formação Profissional/SERT, responsável pela supervisão.

NEWTON SÉRGIO RIBEIRO GREIN afirmou que os processos de contratação não ocorrem sem análise do CET, o qual somente decide após análise prévia e unânime da Comissão. Disse que, muitas vezes, os Conselheiros são procurados com informação de que determinado processo se encontra para análise jurídica. Manifestou sua tranquilidade face ao posicionamento da AJ, com relação ao cumprimento dos termos legais.

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI endossou as palavras de Pedro de Paula Filho no sentido de que o CET não está questionando as atividades da AJ. Quanto à questão da FAS, esclareceu que, embora o CET emita resolução recomendando a aprovação, isso não quer dizer que o contrato será assinado. Daí a importância da análise da AJ, pois a contratação é de responsabilidade da SERT, bem como sua posterior supervisão e fiscalização.

JOSÉ CARLOS PINHATTI lembrou que o CET já sugeriu que a Comissão Técnica analisasse tais projetos, apenas após verificação da CFP e da AJ. Entretanto, a necessidade de agilizar o processo fez com que se invertesse a ordem e a preocupação do CET é saber se o contrato foi assinado e, caso não tenha sido, se o processo tem ou não alguma pendência jurídica. Assim, para que a dúvida fique esclarecida e o CET possa acompanhar os projetos e informar às entidades interessadas, sugeriu a inclusão de uma coluna na planilha da CFP denominada "pendência jurídica - (sim ou não)".

RACHEL FELDMANN disse que o parecer da AJ é detalhado e encaminhado à CFP e também à entidade executora; quando elabora o parecer aponta exatamente os itens faltantes; o acesso à informação é total.

JOSÉ DANIEL FARIAS considerou atendido o pedido formulado na reunião anterior. Sugeriu que a Ata da Reunião da Comissão de Qualificação seja anexada à do Conselho, objetivando tornar pública a informação relacionada ao FAS, para que sejam tomadas as necessárias providências. Sugeriu, também, que o CMT de Curitiba, ou a própria FAZ, sejam convidados para participar da próxima reunião do CET.

NIRCÉLIO ZABOT disse que a FAS foi convidada mas não compareceu.

Item 04 – Apresentação do Conselho Municipal do Trabalho de Sarandi

JOSÉ PEGUIM, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Agricultura e Presidente do Conselho Municipal do Trabalho de Sarandi, cumprimentou os presentes e agradeceu a oportunidade de participar de reunião do CET e disse estar muito feliz por conhecer o funcionamento do CET. Relatou que, com a implantação do Banco Social, o CMT de Sarandi ficou muito fortalecido; também, visando esse fortalecimento, para as reuniões mensais realizadas às primeiras sextas-feiras de cada mês, às 7h30min, cada Conselheiro convida um amigo empresário e essa estratégia está dando bons resultados. Foi instalado o Comitê de Crédito para julgamento das propostas apresentadas e, por amostragem, são feitas visitas e avaliações. Alguns cursos foram realizados e, entre eles, um profissionalizante para deficientes, através do SENAI, pois havia sido constatado que o SENAI de Maringá, nos seus 35 anos de existência, não

havia oferecido qualquer curso para deficientes. Foi registrado que os deficientes participantes não faltaram a uma só aula. Ressaltou que, no mês de março/2002, o Município de Sarandi ultrapassou a meta de 47 colocações, alcançando um total de 142. Disse que o Município de Sarandi, que hoje está com 20 anos de fundação, tem um povo carente, muitas pessoas que vieram da agricultura, mas está desenvolvendo-se e conta, hoje, com várias empresas em pleno crescimento. ORIVALDO PINTO RIBEIRO, Gerente da Agência do Trabalhador de Sarandi, agradeceu a oportunidade de participar da reunião do CET e convidou todos os presentes para visitarem Sarandi e a sua Agência do Trabalhador.

NEWTON SÉRGIO RIBEIRO GREIN disse que o crescimento do Município de Sarandi pode ser constatado pelos resultados obtidos na intermediação de mão-de-obra.

NIRCÉLIO ZABOT indagou a respeito da avaliação do Serviço Civil Voluntário, relativamente ao ano passado, considerando a previsão de sua realização no ano em curso.

ORIVALDO PINTO RIBEIRO informou que somente no final do trabalho, quando da entrega dos certificados, é que ficaram sabendo que esse trabalho fazia parte da SERT.

NIRCÉLIO ZABOT esclareceu que, em função desse fato, está definido que, antes de ter início esse projeto, a executora deve fazer apresentação do Serviço Civil Voluntário ao CMT.

JOSÉ DANIEL FARIAS agradeceu a participação dos representantes de Sarandi, esclarecendo que as informações e a participação do Município estarão na Internet e convidou-os para permanecerem à mesa, até o encerramento da reunião.

Item 05 – Análise e aprovação da Resolução 172/2002_CET

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI fez a leitura da Ata da Comissão de Acompanhamento do Plano de Qualificação Profissional do Trabalhador e, ao final, esclareceu que ficou pendente a análise do projeto da FAS, pelas razões já tratadas; a Comissão entendeu que tal questão deverá ser tratada diretamente pelo CET.

JOSÉ DANIEL FARIAS submeteu à aprovação do CET a Resolução 172/2002, que trata da aprovação dos Planos de Trabalho para execução das ações do PLANFOR-PR/2002, condicionando a assinatura dos respectivos contratos às recomendações da referida Comissão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Item 06 – Análise e aprovação da Resolução 173/2002 CET

ALOIZE GOGOLA resumiu o conteúdo da Resolução, cujo objetivo é orientar sobre a forma de operacionalização do PROGER e assuntos correlatos, no Estado, diante das recentes mudanças no relacionamento entre o Sistema Público de Emprego e a Caixa Econômica Federal-CEF. Relatou que, de acordo com recente entendimento entre a SERT e a CEF, está sendo estabelecido um fluxo de informações sobre o PROGER, compreendendo o repasse de informações da CEF à SERT sobre os créditos concedidos via PROGER e a orientação e encaminhamento, pela SERT, de proponentes do PROGER à CEF.

JOSÉ DANIEL FARIAS parabenizou a equipe e cumprimentou a CGE que se empenhou bastante nesse processo. Lembrou que, mais uma vez, o Paraná sai na frente num assunto importante para todo o Brasil.

ALOIZE GOGOLA agradeceu e mencionou que o Paraná foi escolhido pela CEF em razão da estrutura de Agências e do sucesso anterior do PROGER.

JOSÉ DANIEL FARIAS submeteu à aprovação do CET a Resolução 173/2002, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Item 06 – Análise e aprovação da Resolução 174/2002 CET

JOSÉ DANIEL FARIAS convidou a Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, Marisa Tiemann, para fazer a apresentação dos termos da Resolução 174/2002.

MARISA TIEMANN cumprimentou a todos os presentes e relatou que, recentemente, o Ministério Público do Trabalho – MPT celebrou Termo de Cooperação Técnica com o Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE, sendo interveniente o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador –

CODEFAT, destinado a promover ações conjuntas, visando o aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento e de fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, na execução dos Planos Estaduais de Qualificação, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, com vistas a assegurar a eficiência e a eficácia da utilização desses recursos e possibilitar ao MPT a atuação efetiva na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores. Esclareceu que a resolução, na forma proposta, em seu art. 1º, acrescenta parágrafo único ao art. 16 do Regimento Interno do Conselho Estadual do Trabalho, concedendo assento, com direito a voto, à Procuradoria Regional do Trabalho da 9ª Região, nas Comissões do Conselho Estadual do Trabalho e, no art. 2º, define que os representantes da PRT, na pessoa do Procurador Chefe ou membro por ele designado, serão convidados para acompanhar as reuniões mensais do CET.

JOSÉ DANIEL FARIAS submeteu à aprovação do CET a Resolução 174/2002, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

MARISA TIEMANN agradeceu e disse que este deve ser o primeiro Conselho Estadual do Trabalho do país a acolher o pedido do Ministério Público, fato que será comunicado aos demais.

Item 07 – Análise e aprovação da Resolução 175/2002 CET

JOSÉ DANIEL FARIAS retirou o item de pauta, ficando o mesmo para ser analisado em próxima oportunidade.

Item 07 – Assuntos Gerais

JOSÉ DANIEL FARIAS apresentou aos Conselheiros o convite recebido da FUNDACEN – Fundação Instituto Tecnológico Industrial, para participação em evento; comunicou que assinou expediente dirigido à Delegacia Regional do Trabalho/PR, apoiando pedido formulado na última reunião do CET, de interesse do Conselho Municipal do Trabalho de Guarapuava.

ANTONIO LÚCIO ZARANTONELLO comentou a mobilização “Grito da Terra” realizada, pelo oitavo ano, por vinte e seis Federações e uma Confederação Nacional, congregando as principais propostas e reivindicações originadas no interior do Estado. No Paraná existem 317 mil pequenas propriedades onde vivem aproximadamente um milhão de pessoas; fortalecer essa agricultura é criar empregos e garantir o desenvolvimento local, pois esse segmento produz 80% da cesta básica do trabalhador. Concluiu dizendo que, nesses oito anos de mobilização, foram alcançadas grandes conquistas, porém, ainda há muito a ser feito.

SINVAL ZAIDAN LOBATO MACHADO pediu ao CET apoio e solidariedade ao movimento “Grito da Terra”.

NEWTON SÉRGIO RIBEIRO GREIN disse que o Governador está sensibilizado com a questão e já determinou a criação de comissão para estudo. O CET terá um representante e, para tal, será indicado o Conselheiro José Carlos Pinhatti.

JOSÉ DANIEL FARIAS solicitou a inclusão da pauta de reivindicações do “Grito da Terra” na Ata desta reunião do CET. Comentou Parecer emitido pela Assessoria Jurídica da SERT a respeito da legislação eleitoral e necessidade de desincompatibilização de cargos e respectivos prazos legais para participação das próximas eleições proporcionais. Agradeceu a agilidade da AJ/SERT e solicitou à Secretaria Executiva providências para o encaminhamento de cópia do Parecer aos CMTs. Registrou, também, em razão de sua pré-candidatura à Câmara Federal, sua desincompatibilização da Presidência do Conselho Estadual do Trabalho, sugerindo, na forma do Parecer da AJ/SERT, que seu substituto seja o Conselheiro Clementino Tomaz Vieira, Vice-Presidente do CET. Informou que a CUT não vai designar outro representante para o período. Agradeceu à DRT, na pessoa do Dr. Celso Soares da Costa, pela presteza com que foi atendido o Sindicato dos Bancários, na questão do HSBC, em função da recente greve. APARECIDO DOMINGOS ERRERIAS LOPES relatou que a Comissão constituída para avaliação do projeto que trata da qualificação profissional do trabalhador, no período em que está usufruindo do seguro-desemprego, reuniu-se e definiu texto

para encaminhamento de projeto de lei, considerando que uma das finalidades do seguro-desemprego é oportunizar ao trabalhador a qualificação e o reemprego, pois seu maior patrimônio é a sua força de trabalho. Explicou a respeito da idéia de criação de um estágio-ofício, critérios e condições para participação de empresas e trabalhadores.

JOSÉ DANIEL FARIAS disse que o processo é interessante, porém é preciso debater os prazos e limites. Sugeriu que o assunto seja encaminhado à apreciação das Centrais Sindicais, para análise e debate e lembrou, também, que no Rio Grande do Sul já funciona um Projeto de 1º Emprego, semelhante ao apresentado.

JOSÉ CARLOS TRIZOTTI cumprimentou a Comissão pelo trabalho e propôs que o assunto seja incluído como ponto oficial da pauta, para a próxima reunião do CET, e que o Conselheiro Aparecido Domingos Errerias Lopes seja o relator.

NEWTON SÉRGIO RIBEIRO GREIN expôs que, em recente reunião do FONSET, concluiu-se pela necessidade urgente de adoção de novas formas de aplicação dos recursos do FAT. Diante dessa realidade, propôs a realização de fóruns e debates para elaboração de documento pelo Estado do Paraná, contendo planos para o próximo ano, pois o potencial de transformação é enorme e o Paraná tem muita força para garantir essa transformação.

JOSÉ DANIEL FARIAS agradeceu a presença e a colaboração de todos os Conselheiros e Visitantes, encerrando a reunião da qual, para constar o registro, eu, Walter Gonçalves, Secretário Executivo do CET, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim. Curitiba, 23 de maio de 2002. _____.

SÍNTESE DE ENCAMINHAMENTOS/PENDÊNCIAS ORIUNDOS DA PRESENTE ATA:

Assunto Encaminhamento Data/prazo Responsável
FAS Convite para próxima reunião Próxima reunião Walter
Parecer da AJ/SERT
Afastamento/ Eleições Enviar cópia a todos os CMTs Imediato Walter

Projeto SD Incluir na pauta da próxima reunião Próxima reunião Walter

Ata da Comissão do PLANFOR Distribuir aos Conselheiros Próxima reunião
Presidente da Comissão
Movimento Grito da Terra Distribuir cópia da pauta de reivindicações Próxima
reunião Walter